

## A SOCIOLOGIA RURAL NO BRASIL II \*

---

José Arthur Rios  
Sociólogo

### A FORMAÇÃO DOS SOCIÓLOGOS RURAIS

A primeira experiência de ensino da sociologia rural no Brasil data, segundo o Professor Diêgues, dos fins da década 1930-40.<sup>125</sup>

Em 1935, tópicos de sociologia rural eram lecionados por Gilberto Freyre, primeiro na Faculdade de Direito do Recife e depois na Universidade do Distrito Federal, iniciativa de Anísio Teixeira e outros pioneiros que teve curta duração. E' significativo que um dos primeiros livros brasileiros sobre a sociedade rural foi escrito por um professor da Universidade, o educador A Carneiro Leão, visivelmente com a intenção de estabelecer um elo entre os cursos de sociologia e pedagogia.

Mas o ensino da disciplina muito deve também à influência de sociólogos norte-americanos. Em 1937, o professor John B. Griffing começou a ensinar sociologia na Escola Superior de Agricultura de Viçosa e, em 1939,

---

\* Este artigo complementa o publicado no número anterior desta revista e foi redigido em 1971 por solicitação do Escritório de Estatística, Análises e Estudos Econômicos (ESCO) do Ministério da Agricultura, como parte de um levantamento geral de situação das ciências sociais relacionadas com o desenvolvimento agrícola. O capítulo final é uma tentativa de atualização dos principais acontecimentos no campo da sociologia rural, de 1971 a esta parte. As omissões involuntárias, resultam de deficiência de informação, e, o autor está pronto a saná-las.

iniciava o curso de sociologia rural, ministrado com o auxílio de Edgard Vasconcelos Barros, um dos primeiros professores brasileiros a ensinar a disciplina, passando a fazê-lo sozinho em fins de 1939. Estimulado pela necessidade de enriquecer a bibliografia brasileira, Vasconcelos Barros passou a realizar pesquisas em localidades vizinhas à Escola.

A década de 40 foi marcada pela presença de duas importantes personalidades no campo do ensino, uma o Professor T. Lynn Smith, através da tradução e divulgação de sua obra *Sociologia da Vida Rural*, publicada em 1946 em português pela Casa do Estudante do Brasil, e através de inúmeros cursos e conferências. A outra figura que dinamizou o ensino da sociologia rural, entre nós, foi John Kolb que, em 1952 e 1954, ministrou cursos na Universidade Rural, retornando mais tarde para colaborar no Serviço Social Rural.

Outros cursos foram promovidos na década de 1950 pela Associação de Crédito e Assistência Rural em Minas Gerais, pela Campanha Nacional de Educação Rural, pelo Serviço Nacional de Educação Sanitária, pelo Serviço Social Rural, pela Escola de Sociologia e Política de São Paulo, pela Universidade Rural de Pernambuco e pela Associação Nordestina de Crédito e Assistência Rural de Pernambuco.

Mais recentemente, passaram a ser ministrados cursos regulares, geralmente na cadeira de Economia Rural como na Escola Superior de Agricultura de Viçosa e na Universidade Rural (km 47) onde João Gonçalves de Souza ensinou ambas as disciplinas. Mais tarde como disciplina independente a sociologia rural foi aí ministrada pelo Professor Francisco Escobar.<sup>126</sup>

Atualmente são poucos os centros de formação em sociologia rural.

Um dos esforços mais construtivos e fundamentados no setor da formação de sociólogos rurais é realizado em nível pós-graduado pelo Centro de Estudos Rurais e Urbanos, sob a responsabilidade da Professora Maria Isaura Pereira de Queiroz, na Faculdade de Filosofia da Universidade de São Paulo. O Centro está programando (1971) vários seminários de caráter interdisciplinar sobre "Estratificação social rural no Brasil" (José Vicente Freitas Marcondes) "Problemas de demografia aplicados ao meio rural" (José Francisco de Camargo), "Problemas de relações e de contato com os trabalhadores rurais" (a cargo de agrônomos e assistentes sociais), "Ação em meio rural: problemas, técnicas e perspectivas" (Raul Houé, professor da Universidade de Paris).

Foram diversos os empreendimentos de pesquisa através do Centro, entre os quais, os seguintes projetos:

1 — Problemas de classificação dos tipos de agrupamento rural, a partir do critério dos tipos de trabalho agrícola:

A — Grupos sociais trabalhando em agricultura espontânea. Estudos de bairros rurais e agrupamentos similares.

I — *Itapecirica da Serra*: bairros rurais, organização social e mudança. II — *Santo Antônio do Pinhal*: a sede municipal e os bairros rurais; caracterização da sede em função dos bairros e o problema da "decadência" das cidades; problemas educacionais do município. III — *Apiaí*: o bairro rural da Barra do Chapéu e seus problemas educacionais. IV — *Santa Brígida*, município do Estado da Bahia: organização e dinâmica de grupos sociais tradicionais.

B — Grupos sociais trabalhando em agricultura metódica. Estudos de unidade de agricultura metódica (fazendas) e de seus agrupamentos.

I — *Torrinha*: relações entre grandes, médias e pequenas propriedades num município cafeicultor, relações entre o meio rural e a sede. II — *Agrestina*, município do Estado de Pernambuco: idem. III — *Itabuna*, município do Estado da Bahia: o estudo da fazenda de cacau como uma unidade de produção, focalizando especialmente sua organização sócio-cultural interna.

C — Tentativa de racionalização agrícola, estudada através do problema da "colonização dirigida" no Estado de São Paulo.

I — *Marília*: estudo em profundidade de uma experiência de "colonização dirigida" na Fazenda de Santa Helena. II — *Campinas*: primeiro levantamento da experiência de "colonização dirigida" na Fazenda Capivari. III — *Jaú*: idem.

2 — Problemas vários:

A — A organização familiar do sitiante brasileiro, estado atual.

B — O aparecimento da mão-de-obra volante no Estado de São Paulo e seus problemas.

- C — Organização e dinâmica de uma comunidade messiânica agrária: a cidade eclética do messias Yokaanam.
- D — Os estudantes nissei da Universidade de São Paulo, de origem rural. 127

O Centro de Estudos e Pesquisas Econômicas da Universidade Federal do Rio Grande do Sul tem seus cursos financiados pelo Conselho Nacional de Pesquisas com a colaboração financeira do BNDE-FUNTEC, Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul (BRDE), Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio Grande do Sul, do Conselho de Pesquisa da UFRS, CAPES, e do Convênio Wisconsin-USAID/Brasil. O título de mestrado, que também concede, é reconhecido pelas Universidades norte-americanas de Wisconsin e Ohio. Seus estudantes ao concluírem os cursos poderão, se o desejarem, obter o doutorado nessas Universidades que homologam os créditos obtidos no Centro.

O objetivo desses cursos, tanto em sociologia como em economia rural, consiste em aperfeiçoar pessoal docente para o ensino superior e formar pesquisadores; capacitar os formados em técnicas de pesquisa e fornecer conhecimentos teóricos e práticos dessas ciências e suas aplicações na solução dos problemas econômicos e sociais brasileiros.

Os cursos são oferecidos em regime de tempo integral e seus alunos limitados a 25. Destinam-se a preparar economistas, engenheiros agrônomos, veterinários e bacharéis em Ciências Sociais e Serviço Social tanto em economia rural como em sociologia rural.

O programa do curso de Sociologia Rural que nos interessa particularmente consta das seguintes matérias: Introdução à Economia Rural; Matemática I; Estatística I e II; Metodologia de Pesquisas; Técnicas de Comunicação; Introdução à Sociologia Rural; Sociologia Rural I; Psicologia Social; Sociologia do Desenvolvimento; Desenvolvimento de Comunidades; Teoria Sociológica (ministrada pelo Professor Laudelino T. Medeiros); Inglês; Processamento de Dados; Estrutura de Índices Sociológicos (ministrada pelo Professor Herbert G. Calháu). Esses cursos são compoentador por outros de caráter intensivo sobre Crédito Rural, Técnicas de Apuração Mecânica de Dados e outros considerados de interesse para a formação dos alunos.

Os próximos cursos terão início em março de 1972 e deverão terminar em agosto de 1973, num total de 18 meses, ou 78 semanas. Os primeiro e

terceiro períodos destinam-se às aulas teóricas e ao trabalho de seminário, respectivamente em 18 e 20 semanas; o segundo período de 4 semanas destina-se à elaboração dos projetos de teses; o quarto período de 36 semanas é reservado à elaboração da tese e aos seminários de pesquisa.

O Centro recruta os candidatos entre os diplomados em Ciências Econômicas, Agronomia, Veterinária, Ciências Sociais ou Serviço Social. Para aprovação final, além dos exames dos trabalhos escritos e seminários, cada aluno deverá elaborar uma tese. Esta pode ser apresentada até o fim do curso e nesse caso o estudante permanece em regime de tempo integral; ou poderá ser elaborada a partir do segundo período no prazo máximo de 12 meses, e nesse caso será desvinculado do regime de tempo integral após os exames do segundo período. 128

Outra entidade que vinha promovendo em alto nível a formação de sociólogos rurais era o Instituto de Estudos Rurais da Fundação Escola de Sociologia e Política de São Paulo. Apesar de se ter malogrado essa experiência, convém recapitular suas linhas gerais, à guisa de modelo a ser repetido. Eram seus objetivos: (a) dar a técnicos e especialistas cuja ação estivesse ligada ao meio rural uma base sólida e amplos conhecimentos nas ciências sociais; (b) desenvolver procedimentos e critérios no sentido de descobrir e treinar os líderes mais expressivos das comunidades rurais capazes de promover o desenvolvimento delas; (c) dar ênfase à pesquisa experimental a fim de manter vinculação com os planos governamentais para possibilitar a dinamização agrícola, educacional, da saúde, da economia, bem como dos aspectos relativos ao associativismo rural, ao cooperativismo, à extensão agrícola, às campanhas de alfabetização, aos processos de reforma agrária, etc.; (d) proporcionar treinamento intensivo ao domínio de métodos e técnicas de pesquisa social; (e) criar uma nova mentalidade multidimensional e incentivar o trabalho interdisciplinar, através de grupos de trabalho formados por técnicos de diferentes ramos; (f) realizar trabalhos de pesquisa, de assessoramento junto às instituições governamentais e às prefeituras municipais; (g) tratar de difundir o resultado de suas pesquisas através de um órgão especializado e de publicações avulsas.

O curso abrangia quatro ciclos cada um com a duração de um semestre. Os dois primeiros eram dedicados exclusivamente aos estudos teóricos e ao treinamento em métodos e técnicas de pesquisa e ação. Os dois últimos deveriam orientar-se para pesquisa de campo de modo a proporcionar aos alunos uma experiência de trabalho em equipe dentro de comunidades e laboratórios. Os resultados dessas pesquisas serviriam de material no preparo da tese de Mestre em Ciências Sociais Aplicadas ao Meio Rural.

As matérias distribuíam-se da seguinte forma pelos diferentes ciclos: *Primeiro Ciclo*: Sociologia Rural (geral), Estatística Social, Economia Rural, Psicologia Social, Antropologia Cultural, Política (organização política no meio rural), Métodos e Técnicas de Pesquisa, Demografia, Seminários, Leituras Sistemáticas. *Segundo Ciclo*: Sociologia Rural (no Brasil), Ecologia Humana, Planejamento Social, Estatística Social, Saúde Pública no Meio Rural, Economia Agrícola, Métodos e Técnicas de Pesquisa, Liderança Rural, Seminários, Análise Regional, Leituras Sistemáticas. *Terceiro Ciclo*: Reforma Agrária, Desenvolvimento Sócio-Econômico, Serviços Rurais, Administração de Empresas Rurais, Colonização, Cooperativismo, Pesquisa Exploratória, Seminários de Grupos (no campo). *Quarto Ciclo*: Organização de Comunidade (no campo), Pesquisa Experimental (no campo), Associativismo Rural, Extensão Rural, Ação Social (seminário no campo) e Pesquisa Verificacional.

O principal valor dos cursos oferecidos pelo Instituto de Estudos Rurais estava na sua natureza experimental e demonstrativa. Previam estudos teóricos e trabalhos de campo, a participação em seminários e visitas e ainda um ciclo de conferências por especialistas nacionais e estrangeiros em questões rurais.

O corpo docente do Instituto, cuja existência hoje é puramente nominal, era constituído pelos professores Alfonso Trujillo Ferrari, Hiroshi Saito, Mariwal Antonio Jordão, José Vicente Freitas Marcondes, Olavo Batista Filho, Diva Benevides Pinho, Gastão Thomas de Almeida, Celso Sebastião de Souza, John Cornell, Antonio Jordão Netto e Lea Maria da Rocha.

A formação dos sociólogos rurais ainda se faz no Brasil em linhas autodidáticas, muito mais ao sabor de motivações e influências extra-universitárias do que propriamente pelos institutos especializados de ensino superior. 129

Que o interesse pela matéria não diminuiu é prova suficiente a lista de cursos avulsos e seminários realizados a partir de 1959, dos quais os mais importantes foram:

- 1959: Cursos de Sociologia Rural na Universidade Federal do Rio de Janeiro.
- 1963: Primeiro Curso de Reforma Agrária e Colonização promovido por um convênio entre a Fundação José Augusto, de Natal RN e o Instituto de Estudos para o Desenvolvimento Social e Econômico (INED).

Terceiro Curso Internacional de Reforma Agrária promovido pelo

Instituto Interamericano de Ciências Agrícolas da OEA, em Campinas, São Paulo.

Seminário Regional sobre desenvolvimento e organização de comunidades, promovido pelo Instituto de Ciências Sociais da Universidade da Bahia, em que se discutiram programas sociais e econômicos em áreas rurais.

- 1965: Seminário Rural Latino-Americano realizado em Lima, Peru.  
Seminário dos Bairros Rurais realizado pelo Centro de Estudos Rurais e Urbanos de São Paulo.
- 1967: Seminário sobre pesquisa em comunicação, difusão de inovações e adoção de práticas no Brasil rural realizado em Piracicaba, na Escola Superior Luiz de Queiroz.  
Seminário sobre pesquisa e treinamento de alunos e estudantes de Sociologia Rural e sobre teoria e pesquisa em sociologia rural, ambos realizados pelo Centro de Estudos Rurais e Urbanos sob a direção da Professora Maria Isaura Pereira de Queiroz.  
Seminário sobre Estratificação Social no meio rural brasileiro, dirigido pelo Professor J. V. Freitas Marcondes, na Escola de Sociologia e Política de São Paulo.  
Seminário sobre Humanização da Vida do Homem Rural Paulista, dirigida pelo Dr. Herbert Levi.  
Seminário sobre as formas de animação do meio rural, dirigido pelo Professor Henri de Roche.  
Seminário sobre Pesquisa sobre o colono alemão no Rio de Janeiro, dirigido pelo Professor Jean Roche.

Na maioria dos casos um sociólogo em atividade passou, quando muito, pelos cursos genéricos de Ciências Sociais. Sob esse aspecto, no caso, há muita diferença entre os sociólogos da geração de 30 e 40, os decanos da sociologia rural brasileira e os representantes mais jovens da disciplina. Os primeiros, raro tiveram formação especializada, mesmo em Sociologia e em Ciências Sociais. Muitos eram bacharéis em Direito, atraídos, na idade madura, pela sociologia e, através desta pelos estudos rurais graças a motivações e influências as mais diversas. Um deles assim resume toda atitude de uma geração: "ou ia para as Ciências Sociais ou para Direito. Por este é que abrimos brechas nas Ciências Sociais e na Sociologia". São inúmeros os casos de sociólogos rurais procedentes do direito, até da advocacia militante e da pedagogia, tendo iniciado sua vida como professores e não necessariamente na sociologia rural ou em qualquer das ciências sociais.

Numa geração posterior, de transição, a conjugação entre o diploma

de bacharel em Direito e o curso de Ciências Sociais é mais freqüente até que, no grupo dos trintões, surgem os especialistas em ciências sociais, sociólogos e até os portadores de diplomas de pós-graduação em Sociologia ou Economia, geralmente procedentes de universidades estrangeiras.

Entre as universidades norte-americanas mais citadas nesses currículos aparecem as de Wisconsin, Louisiana e Flórida. Wisconsin para graduados mais recentes pelo seu Centro de Estudos Rurais, Louisiana e Flórida pela presença numa dessas instituições de um sociólogo rural eminente, o Professor T. Lynn Smith. Na Europa a École des Hautes Études, da Universidade de Paris, parece ter contribuído com alguns graduados em ciências sociais que depois se especializaram em estudos rurais, o mesmo acontecendo com a ASTEF (Association pour l'Organisation des Stages en France). Parece que a maior influência na formação dos mais jovens foi a do IRFED (Institut International de Recherche et de Formation en Vue du Développement Harmonisé) entidade fundada em Paris pelo Padre L. J. Lebreton e que recebeu inúmeros profissionais brasileiros e lhes transmitiu o método de pesquisa rural e urbana criado por aquele grande planejador e humanista.

A motivação que teria levado esses estudiosos a voltarem sua atenção para o campo brasileiro revela-se extremamente variada. Quase nunca de origem universitária ou acadêmica. O interesse parece ter sido despertado por uma influência, um tipo de convívio intelectual ou uma simples conjuntura de vida ou de carreira. Manuel Diêgues Jr., por exemplo, atribui sua atração pelos estudos do campo às suas origens rurais como causa remota, e, como motivação imediata, à oportunidade que lhe foi oferecida em dado momento de sua carreira de estudar e escrever sobre problemas rurais como funcionário do IBGE e do antigo Serviço Social Rural. O Professor Laudelino T. Medeiros, cuja formação foi predominantemente jurídica e econômica, sentiu-se atraído para a sociologia primeiramente por encargos de magistério no Colégio Universitário da Universidade do Rio Grande do Sul, por curiosidade intelectual e ainda por solicitação de comunidades interessadas em estudos da problemática rural.

Os motivos podem ser portanto diversos e convergentes. O Senador Vasconcelos Torres, que complementou sua formação jurídica com um curso na Universidade de Purdue, na sua formação como na de outros, assinala a importância de uma influência intelectual como a do sociólogo Oliveira Vianna e das tertúlias que promovia em sua casa em Niterói. Uma das singularidades do sociólogo fluminense é que a única matéria que ministrava em curso de nível universitário regular era Direito Social, cadeira que ensinava rotineiramente, sem maior brilho, na Faculdade de Direito de Niterói. Sua influên-



cia entretanto num grupo de jovens intelectuais e futuros políticos fluminenses foi muito grande.

A presença intelectual e científica de Lynn Smith teria sido ainda decisiva para um grupo sob sua influência direta ou indireta, Carlos Borges Schmidt, José Arthur Rios, Helio Galvão e J. V. Freitas Marcondes.

A muitos estudiosos nordestinos foi importantíssima no mesmo sentido e nas mesmas características a influência de Gilberto Freyre, também fora dos quadros universitários, em sua mansão de Apipucos, no Recife, sempre aberta a colegas e amigos. Manuel Diêgues Jr., por exemplo, coloca-o logo depois da influência paterna, entre as que recebeu. Mais tarde teria ainda se beneficiado dos sociólogos americanos T. Lynn Smith e John Kolb. J. V. Freitas Marcondes também indica Gilberto Freyre ao lado de Roger Bastide e principalmente Lynn Smith como as influências decisivas em sua orientação para a sociologia.

Entre os jovens raro é aquele que indica uma influência intelectual personalizada em sua formação, como, por exemplo, Antonio Jordão Netto que menciona Oracy Nogueira e Freitas Marcondes. Por estranho que pareça, a influência de personalidades de mestres aparecem, mais decisivas e mais claras na geração dos cinqüentões. Hélio Galvão, por exemplo cita Oliveira Vianna e Gilberto Freyre, e mais decisivamente Donald Pierson, sua especialização com Lynn Smith, e a colaboração prestada a Câmara Cascudo em pesquisas etnográficas. Maynard de Araujo refere-se com igual carinho a Emílio Willems "grande amigo e mestre" e a Donald Pierson e Herbert Baldus. Os mais jovens, com raras exceções, limitam-se a indicar seus professores de ciências sociais, algum curso de pós-graduação ou cursos no estrangeiro.

Para Gilberto da Silva Alves sua experiência de trabalho de campo no Vale do Ribeira e sua associação com os professores Pastore, Maria Isaura Pereira de Queiroz, Diva Benevides Pinho e Fernando Mourão parecem ter sido decisivas. A pesquisa de campo, mais que uma dada personalidade, parece ter influído na motivação de vários sociólogos rurais.

Da mesma maneira o contato amadurecido com problemas concretos quer através de cursos de graduação ou no desempenho de cargos em que mantém contatos com a zona rural parecem constituir motivações importantes na carreira de diversos sociólogos rurais brasileiros. Não será demais, à luz dos dados colhidos nessas entrevistas, ressaltar a importância da pesquisa de campo, quer no contexto do curso de pós-graduação, quer sob o patrocínio de serviços públicos de fins diversos, ou ainda dos quadros profissionais

de escritórios de pesquisa como fortes motivadores de vocações no campo dos estudos rurais.

Esses sociólogos não hesitam em indicar, à luz dessas experiências geralmente pós-universitárias, as deficiências que hoje percebem em sua formação: deficiências do curso universitário, falta de oportunidade de estágios e de especialização, falta de oportunidades educacionais e de pesquisa em toda a área de ciências sociais especialmente da sociologia; divórcio entre os estudos teóricos da sociologia rural e os trabalhos de campo, falta de profissionalização, ausência de cursos especializados, dificuldades de obtenção de bolsas e auxílio para treinamento e aperfeiçoamento profissional, falta de especialização, dificuldade de obtenção de bibliografia, aquisição de livros e revistas, falta de contato com profissionais que trabalham no mesmo campo, falta de instituições que promovam e amparem a pesquisa de campo no meio rural, fracos recursos metodológicos, improvisação, desconhecimento da função de sociólogo rural nos órgãos que atuam no campo, e assim por diante.

É curioso que os mais jovens indicam entre esses obstáculos carências metodológicas e deficiências de informação. Mas não deixa de ser da maior gravidade a indicação colhida entre os cinquentões sobre a falta de amparo à pesquisa e a ausência de instituições que a propiciem. Isto revela que, apesar dos esforços no campo universitário, demonstrados em tantos cursos de pós-graduação ou de especialização, não há uma contrapartida nos serviços públicos para incentivar ou aproveitar esses sociólogos.

É assim que interpretam as observações colhidas sobre a situação atual, em comparação com a dominante na época em que se formaram. A geração mais antiga julga que a situação atual é bem melhor que a de seu tempo quanto à pesquisa, embora o intercâmbio seja insuficiente. Os sociólogos paulistas não deixam de ressaltar a importância da Fundação de Amparo à Pesquisa e são unânimes em indicar uma melhoria na formação dos sociólogos que se especializavam no meio rural — o que deve refletir uma situação local, porquanto outros manifestam críticas ao ensino que julgam ter regredido. Há ainda os que atribuem a crise nos estudos rurais a um desprestígio geral das atividades dos sociólogos “talvez por motivos de ordem política”.

De um modo geral as opiniões são positivas quanto à formação, as possibilidades de estudo, a diversidade de cursos de graduação e pós-graduação e de pesquisa acadêmica; são negativas quanto às possibilidades e oportunidades de pesquisa profissional e de mercado de trabalho com exceções que parecem refletir condições pessoais ou locais.

A maioria dos entrevistados, tanto os mais idosos quanto os mais jovens, revela-se extremamente crítica quanto à sua formação acadêmica. É interessante, por exemplo, ouvir de um sociólogo de reputação firmada, autor de vários livros, diretor de um centro de pesquisas que exerce considerável influência através de cursos e ação pessoal: "Não tive formação rigorosamente acadêmica, disciplinada". De outro não menos conhecido, "não tenho curso especializado em Sociologia". Talvez por se tratar de um grupo de cientistas e pesquisadores, a autocrítica é mais severa do que em uma amostra de estudantes ou recém-formados onde é notório e corrente certo complexo de superioridade. De outro sociólogo situado na faixa entre 30 e 40 mas de reputação profissional formada ouve-se que possui "sólida formação teórica e metodológica em sociologia rural mas que comparando com a de outros julga incompleta".

Os mais jovens não hesitam em dizer que continuam tentando aliar a teoria à prática. Um deles, mais explícito, situa bem o problema da formação: "é falha devido ao tipo de estrutura das nossas faculdades de filosofia, não permitindo a colocação da sociologia em termos de planificação global ou regional. Acrescenta a isto o hermetismo de algumas cadeiras e seu caráter essencialmente acadêmico.

Nada mais resta diante disso, como afirma um jovem sociólogo, senão "continuar pelo resto da vida a lutar contra o tempo para adquirir a soma de conhecimentos postos à nossa disposição".

## PROBLEMAS E PERSPECTIVAS DA VIDA PROFISSIONAL

Teoricamente, parece ter avultado a importância da Sociologia Rural nos últimos anos. A julgar pelas atividades nacionais e internacionais nesse terreno, o prestígio da Sociologia Rural só tem aumentado.

É assim que, em 1962, cria-se o Comitê para a Cooperação Internacional em Sociologia Rural fundado pela Sociedade Americana de Sociologia e pela Sociedade Européia de Sociologia Rural. Foi o primeiro passo para a realização do I Congresso Mundial de Sociologia Rural realizado em Dijon, França, em 1964. No mesmo ano realizava-se o II Congresso Brasileiro de Sociologia em Belo Horizonte, MG, no qual um dos temas era "Estruturas Rurais", e o V Congresso Mundial de Sociologia, em Washington, onde se discutia, no quadro geral da sociologia do desenvolvimento, problemas do meio rural.

Ainda em 1964 reuniu-se o I Congresso Mundial de Sociologia Rural, levado a efeito juntamente com o Congresso Bienal da Sociedade de Sociologia Rural, entidade norte-americana, e da Sociedade Européia de Sociologia Rural. O tema do congresso ao qual assistiram representantes brasileiros foi o impacto das mudanças na agricultura sobre a sociedade. No mesmo ano, realizou-se o VII Congresso Latino-Americano de Sociologia em Bogotá, Colômbia, promovido pela Associação Colombiana de Sociologia articulada com a Associação Latino-americana de Sociologia (ALAS). Dentro do tema central do Congresso, que era a sociologia e a transformação atual da América Latina, tratou-se da Sociologia das Transformações Agrárias. O mesmo tema foi tratado também, no mesmo ano, no IV Congresso Anual de Sociologia no México.

Em 1965 promoveu-se o Colóquio sobre problemas rurais na América Latina realizado em Paris sob o patrocínio do Instituto de Altos Estudos da América Latina; o Colóquio sobre problemas agrários da América Latina realizado em Paris, sob o patrocínio do Conselho Nacional de Pesquisa Científica da França e do Instituto de Altos Estudos da América Latina.

O VI Congresso Mundial de Sociologia reunido em Evien, França, 1966, tratou de problemas rurais.

O II Colóquio de Estudos Teuto-Brasileiros realizou-se no Recife, em 1968, sob o patrocínio do Instituto Joaquim Nabuco e do Centro Regional de Pesquisas Educacionais da Universidade de Munster, Alemanha. Entre os temas do Colóquio tratou-se de colonização e de vários aspectos da presença alemã no Brasil rural.

O II Congresso Internacional de Sociologia Rural realizado na cidade de Enschede, Holanda, entre 5 e 10 de agosto de 1968, reuniu mais de trezentos sociólogos de quase todas as partes do mundo. A orientação desse congresso, patrocinado pela Sociedade de Sociologia Rural e da Sociedade Européia de Sociologia Rural, indica nitidamente no seu temário a rápida mudança que vem ocorrendo no terreno da disciplina.

Temas centrais discutidos pelo plenário: "Urbanização social e mudança social rural"; "Desenvolvimento sócio-econômico e as relações entre o homem e a terra — programas de ação e suas implicações sociais". Mais característica é ainda a matéria tratada nas doze comissões. Nestas os temas foram: (1) Mudança social; (2) O papel da iniciativa local na planificação do desenvolvimento (3) A influência dos planos pilotos na planificação física rural; (4) Aspectos políticos da reforma agrária; (5) Aspectos sociológicos

das políticas agrícolas governamentais (6) A pesquisa e extensão rural; (7) Fatores de existência e crescimento das cooperativas agrícolas; (8) Problemas das mobilidades geográficas e sociais; (9) Imagens da família e do governo rural entre os "policy makers"; (10) Problemas de metodologia e de organização da pesquisa internacional; (11) Tipologia das regiões e das comunidades rurais; (12) Comunidades Cooperativas rurais.

Os nomes que participaram do congresso foram dos mais expressivos, bem como as teses que apresentaram: o francês Michel Cépede, o professor Hofstee ("Development and Rural Structure"); o polonês B. Galeski e o americano Charles Loomis ("Social Organization and Rural Social Change"); o africano da República do Gabão, Laurent Biffot ("Développement socio-economique et les Relations Hommes-Terre"); o sul-coreano Seung Gyu Moon; o mexicano Rodolfo Stavenhagen; Pedro F. Hernandez ("Dialectical Politics and Agrarian Reform in Mexico"); J. V. D. Saunders ("The Rural — Urban Transition in Brazil"); Olen L. Leonard ("The Changing Patterns of Settlement and Population Distribution in Latin America"); Gerrit Huizer, da Organização Internacional do Trabalho ("The Peasant Organizations and Agrarian Reform in Latin America"); Lee Taylor, Fals Borda, H. Kotter, J. J. Mangalan, B. Nath Singh e W. Reeder, integraram um painel, presidido pelo primeiro, focalizando o treino internacional dos sociólogos rurais.

O Professor J. V. Freitas Marcondes, da Fundação Escola de Sociologia e Política, de São Paulo que ao lado da Professora Maria Isaura Pereira de Queiroz (Faculdade de Filosofia da USP) e do Professor Bernardino Leers (Faculdade de Filosofia de Divinópolis, MG), representou o Brasil nesse encontro, destacou dois trabalhos, a seu ver, importantes para o Brasil, apresentados ao Congresso, o primeiro assinado pelo Professor Howard Beers que tratou do desenvolvimento sócio-econômico e das relações do homem com a terra, e o do Professor Elias H. Tuma, da Universidade da Califórnia que discutiu o tema da reforma agrária.

Em 1969, o Congresso Latino-Americano de Sociologia, no México, sob o patrocínio da Universidade Nacional Autônoma do México e organizado pela Associação Latino-Americana de Sociologia, tratou da sociologia e antropologia das populações campesinas.

À medida que se toma consciência da importância da organização social, o papel do sociólogo torna-se mais decisivo nos projetos que dizem respeito à agricultura e à vida rural. Nos países de economia avançada a importância da sociologia rural também cresce na proporção em que aumentam os problemas urbanos e a importância das relações entre o campo e a cidade.

Três campos de atividade parecem abrir-se para o sociólogo da vida rural, no setor de Governo, na empresa privada e em educação.

As Organizações ou Federações Agrícolas e as Cooperativas também estão a todo o momento exigindo a participação de profissionais que atualizem o conhecimento do comportamento e características dos agricultores e analisem todos os tipos de profissões em contato com a agricultura. As firmas de opinião estão interessadas nas atitudes e costumes dos agricultores. E, tanto a iniciativa privada como o Governo, têm interesse em conhecer melhor o agricultor para poder planejar o atendimento de suas necessidades. Em alguns países, a substituição do braço humano pela máquina causa problemas tão grandes quanto uma calamidade ou um flagelo. É outro setor em que o sociólogo rural vem sendo solicitado a intervir. As organizações educacionais e recreativas reclamam a presença de sociólogos nos seus programas, dirigidos tanto a jovens quanto a adultos. Toda a gama da assistência social rural envolve a participação do sociólogo quer nos programas de formação quer no planejamento dos serviços.

Já em nível mais alto, o sociólogo por sua formação especializada ou pelos seus títulos universitários, pode tornar-se um planejador de alto nível, um pesquisador ou professor universitário, ou ainda atuar como consultor junto a serviços federais ou programas nacionais, regionais, ou estaduais. <sup>130</sup>

No entanto, para ficarmos somente nos Estados Unidos, a sociologia rural ainda é ministrada em poucas universidades, entre elas Louisiana State University, Wisconsin, Michigan e Cornell. Geralmente a formação dos sociólogos rurais naquele país aparece vinculada às Escolas de Agricultura por motivos que já vimos. Geralmente essa formação inclui cursos de nível graduado em artes liberais e agricultura e um grande número de cursos optativos. Durante essa fase o estudante recebe treinamento oficial nos aspectos sociais da agricultura e uma ampla orientação que varia conforme seu interesse. Pode escolher cursos em assuntos tão variados como horticultura, economia agrária e línguas estrangeiras.

Nunca será demais lembrar que, nos Estados Unidos, toda a evolução da sociologia rural resultou das doações de terras às Escolas de Agronomia. Segundo alguns, nem sempre esta tradição foi benéfica. <sup>131</sup> Geralmente espera-se que o candidato tenha antecedentes rurais partindo-se do princípio de que, sem isto, não compreenderá os rurícolas. Comumente, o chefe do Departamento é um economista agrário e sua unidade mantém estreita relação com as escolas de agronomia, o que contribui para uma atmosfera especial de intimidade entre agrônomos e sociólogos, mas, por outro lado, explica certa

resistência da maioria dos sociólogos em relação ao caráter aplicado das pesquisas rurais.

A facilidade de publicar pesquisas através das estações experimentais agrícolas contribuiu para diminuir a qualidade do material publicado, às vezes, severamente criticado pelos sociólogos de outras especialidades. A estrutura tradicional das escolas de agronomia também concorre para impedir inovações fecundas em outros campos. Há alguns anos o Conselho de Pesquisas em Ciências Sociais, nos Estados Unidos, tentou modificar a situação distribuindo bolsas a estudantes graduados em Economia e Sociologia Rural e patrocinou a publicação de manuais de metodologia a fim de melhorar a qualidade dos projetos. Os beneficiários dessas bolsas em breve se tornaram os líderes intelectuais nesse campo, mas nem sempre conseguiram modificar a situação nas respectivas escolas e departamentos.

Queixam-se ainda os sociólogos do caráter burocrático de sua profissão, devido exatamente à abundância de recursos e à sua associação com cargos públicos nas escolas agrícolas. Os homens que dirigem o setor rural tendem a considerar a sociologia como matéria de aplicação. No entanto, dentro de certas condições locais, como ocorreu na Universidade de Michigan, os sociólogos rurais conseguiram produzir pesquisas básicas da maior importância.

Não é preciso dizer que as condições do Brasil são muito diversas; e as oportunidades profissionais bem mais reduzidas e em muito dependentes da iniciativa pública. Não tem havido com a intensidade necessária o auxílio a bolsistas. Em 1969 a CAPES ofereceu uma bolsa para sociologia rural e duas para ciências sociais rurais; em 1970 duas bolsas para sociologia rural e três para ciências sociais rurais; em 1971 duas para sociologia rural e uma para ciências sociais rurais.<sup>132</sup>

Quanto às possibilidades de emprego, é sensível o desinteresse das organizações públicas. Nisso parece que houve um retrocesso nos últimos anos em relação ao decênio de 1950. Resulta de um desinteresse generalizado em relação à área das ciências sociais, fenômeno que está pedindo uma pesquisa séria. A maioria dos órgãos federais e regionais a que nos dirigimos solicitando informações responderam negativamente à pergunta sobre a existência nos seus quadros de sociólogos rurais. O fato é grave quando se trata de órgãos de desenvolvimento regional, muitos deles responsáveis por programas agrícolas ou de vida rural que mobilizam grandes recursos e atingem grande número de pessoas.

A remuneração dos sociólogos nem sempre é brilhante como se vê na seguinte lista obtida por nós, com certa dificuldade, e que evidentemente não pretende incluir toda a área dos empregos em sociologia rural, em órgãos públicos e particulares.

| Públicos     | Remuneração  |                |
|--------------|--|----------------|
| SUDENE       | de Cr\$ 1.850,00<br>a Cr\$ 2.772,00                  |                |
| SUVALE       | de Cr\$ 1.712,00<br>a Cr\$ 2.158,00                  |                |
| IBRA         | de Cr\$ 1.595,00<br>a Cr\$ 2.449,00<br>Cr\$ 2.090,00 | CLT<br>Efetivo |
| INDA         | de Cr\$ 813,00<br>a Cr\$ 796,00<br>Cr\$ 870,00       | CLT<br>Efetivo |
| Particulares |  |                |
| CONTAG       | de Cr\$ 1.700,00<br>a Cr\$ 2.200,00                  |                |
| BEMFAM       | Cr\$ 2.400,00  |                |

Fonte: dados de 1971, obtidos através de questionários.

A maioria dos sociólogos rurais por nós entrevistados dedica-se ao magistério superior e excepcionalmente mantém vinculações com órgãos federais como ABCAR, INCRA ou órgãos de atuação regional como SUVALE, SUDENE, etc. Esta situação comprovada em questionário dirigido aos diversos órgãos federais e regionais revela um alarmante estrangulamento do mercado de trabalho para sociólogos. Não é de admirar, portanto, que a avaliação da situação atual pelos sociólogos mais antigos não seja das mais otimistas.

Um deles, da geração de 30 anos, julga a situação "melhor em muitos sentidos, embora não tenha evoluído muito". Registra maior competição entre graduados, melhores condições competitivas e maior disponibilidade de bibliografias, bolsas e auxílios. Outro da mesma faixa de idade julga-se em relação aos mais jovens "sensivelmente mais adequada para enfrentar a vida profissional". Um sociólogo experimentado que mantém contato, através do magistério e da pesquisa, com elementos mais jovens julga que estes "têm



mais oportunidades não só pelo desenvolvimento nacional mas devido à influência dos organismos internacionais cada vez mais interessados pela matéria, inclusive em nosso país”.

Nessas respostas, entretanto, uma verificação objetiva das oportunidades de emprego constata alta dose de idealismo. Como se verifica, quando se julga dos obstáculos e dificuldades que encontram os pesquisadores no seu trabalho prático, a lista é extensa: falta de verbas e de pessoal qualificado, escasso apoio institucional, falta de auxiliares qualificados, deficiência de informações no serviço público, dificuldades teóricas, falta de intercâmbio com outros profissionais no mesmo campo, falta de orientação metodológica (reclamação que parte de jovens), separação das atividades de ensino e pesquisa (no caso de professores e estudantes graduados), falta de tempo para os docentes e recursos financeiros para pesquisas de campo, ausência de dados fidedignos nas repartições do governo, tudo devido à burocracia cuja presença nas universidades é acentuada. Os professores queixam-se de sobrecarga de tarefas docentes que coloca a pesquisa em posição secundária, e assim por diante. Um deles, da geração dos cinqüentões, é pessimista. Afirma: “Franca-mente vejo tudo por fazer”.

E’ possível que, em muitos casos, o pessimismo resulte, em grande parte, de má informação sobre oportunidades de emprego. Se escasseiam os cargos nos órgãos de atuação direta na agricultura, parece que se abrem novas possibilidades em organismos que se dedicam a outras finalidades mas que exigem participação do sociólogo rural. E’ o caso, por exemplo, do Movimento de Educação de Base (MEB) que se dedica sobretudo à educação em zona rural. O Projeto Rondon também está abrindo novas oportunidades aos profissionais. O Ministério da Agricultura, os bancos de crédito agrícola, as Federações Rurais deveriam reformular e reestruturar seus órgãos admitindo sociólogos rurais. No entanto, um dos entrevistados diz: “Não vejo muita possibilidade nos órgãos do governo. Deveriam ter papel decisivo nos trabalhos de sociologia rural, mas em sua maioria são órgãos políticos”. Esse cientista vê um perigo na formação de sociólogos burocratas. Muitos julgam que é urgente a regulamentação da profissão embora não fique muito claro se levam essa regulamentação até a especialização de sociólogo rural. Mais lúcido, o Professor Laudelino Medeiros sugere: “Maior comunicação entre os órgãos federais e as instituições de ensino e pesquisa”. Julga que o grande papel desses órgãos seria financiar projetos, dar bolsas de estudo, e admitir técnicos de alto nível em sociologia rural, capazes de integrar suas equipes.

Como se vê, todo o problema de profissionalização e da criação do mercado de trabalho abre-se paralelamente ao da pesquisa. Nesse seminário

por correspondência que promovemos a respeito dos problemas da sociologia rural, o Professor Saito julga de maior importância a ajuda financeira nas atividades de pesquisa mas não esquece o papel de seminários que os órgãos federais poderiam periodicamente promover. Um sociólogo rural da geração de mais de trinta anos mostra-se cético quanto às possibilidades dessa intervenção. Julga que os órgãos federais só podem assumir nessa tarefa um papel secundário: "São consumidores de conhecimento. Sua ajuda só pode verificar-se na proposição de problemas práticos de pesquisa e no seu financiamento".

Outro, de maior experiência e tradição no campo não é tão otimista: "ainda não reconheceram a necessidade do sociólogo rural" e contrasta esta situação com a de outros países onde o sociólogo, às vezes aposentado de atividades universitárias, continua a desempenhar trabalhos profissionais. No entanto, é grande a perspectiva dos sociólogos jovens em relação aos órgãos federais nos quais julgam descobrir maiores possibilidades de trabalho. Um deles pleiteia o reconhecimento do tipo de trabalho que pode realizar o sociólogo rural, especialmente nas agências de desenvolvimento e ainda a subvenção da pesquisa pura e aplicada. Outro mais objetivo sugere que o Ministério da Agricultura crie incentivos para ampliar o mercado profissional, estabeleça convênios com universidades, contrate escritórios particulares para tarefas especificadas, dê auxílios a especialistas para realização de estudos, seminários, etc., No mesmo sentido e saindo da monótona bitola dos pedidos de financiamento, a Professora Vera Lucia Martins sugere um incentivo dos cursos de pós-graduação, estudos, etc., pelos órgãos federais. Mas julga indispensável que, paralelamente, as associações de classe lutem pela regulamentação da profissão.

## CONCLUSÕES E RECOMENDAÇÕES

Em 1963, o Professor Geraldo Semenzato teve a oportunidade de escrever um ensaio sobre o desenvolvimento da sociologia rural no Brasil, indicando-lhe as condições favoráveis e desfavoráveis.<sup>133</sup> Algumas dessas condições, tanto positivas como negativas, ainda prevalecem, dando perfeita atualidade ao ensaio do sociólogo.

Assim, não há dúvida que milita a favor da disciplina tudo que, no amplo processo de mudança social que o Brasil atravessa, favorece as ciências sociais e especialmente a sociologia. No entanto, é preciso entender que

essa mudança afetou sobretudo as cidades, deixando o campo praticamente intocado. Mas influenciou na administração e no sistema universitário. A criação de vários mecanismos administrativos a partir de 1930 não descontinuou. Nenhuma mudança de Governo afetou essa expansão que até teria se acelerado em várias etapas, como já vimos, a partir de 1950 com os diversos órgãos de atuação no campo, a partir de 1955 com a criação das Superintendências de Desenvolvimento Regional, criadas no contexto da ideologia oficial do desenvolvimentismo.

Nem a Revolução de 1964 alterou esse movimento. Dir-se-ia até que cobraria ímpeto com a decisão de intervenção governamental no problema agrário, primeiro a partir do IBRA e do INDA, depois com o INCRA. Aparentemente, tudo isso vinha atender a duas das mais caras reivindicações dos sociólogos rurais: a regionalização do Brasil e a reforma agrária.

No entanto, várias tendências contrárias atenuaram de certa maneira os efeitos dessas decisões, afetando os destinos da sociologia rural. A ideologia do desenvolvimentismo era polarizada por valores econômicos e não sociais; e a tendência era uma sobrevalorização da indústria em relação à agricultura, dando preeminência à primeira nos investimentos governamentais. Além disso, nem sempre a iniciativa administrativa ou governamental gera efeitos na realidade social, ultrapassando os limites burocráticos. Uma prova indireta desse fato foi a lenta atrofia dos serviços afetos ao Ministério da Agricultura e, na área da educação e saúde, a retração, às vezes, o retrocesso de órgãos que nos anos anteriores demonstravam grande dinamismo. O Ministério da Agricultura não conseguiu enfeixar poderes e recursos suficientes para desenvolver um plano agrário nacional, seus serviços pulverizados em iniciativas dispersas ou esterilizados em trabalhos de rotina. Outros serviços, criados à margem dos órgãos oficiais com financiamentos internacionais, na expectativa de que o Governo os continuasse com recursos próprios, não lograram sobreviver, ou vegetaram desde que retirado o auxílio externo ou a assistência técnica. Nesses serviços, precisamente, se previa grandes oportunidades para os sociólogos, por constituírem campos de aplicação das ciências sociais, na renovação de seus sistemas de treinamento e de suas técnicas de trabalho.

A muito custo, no sistema universitário perduram alguns centros de formação, embora outros tenham se extinguido e, sobretudo na área de pós-graduação, nenhum tenha sido criado.

Os planos de reforma agrária e de colonização parece que têm dispensado a contribuição do sociólogo ou do antropólogo porque, tanto na área

das Superintendências regionais de desenvolvimento, como nos projetos específicos, não se tem conhecimento da sua presença ou atuação, não se percebe sua necessidade.

Esses fenômenos têm repercussão no próprio desenvolvimento da disciplina. Diminuindo o mercado de trabalho, mínguem as fontes de formação. A sociologia rural tem se beneficiado sempre de um contato com instrumentos de ação na vida rural. Sua história indica que foi graças às estações experimentais agrícolas norte-americanas, que pôde crescer naquele país.

O Brasil tem condições excepcionais para se tornar um grande laboratório de sociologia rural e de sociologia agrária. Isso não quer dizer que venha a sê-lo efetivamente. Tudo depende da clarividência dos órgãos que comandam o desenvolvimento agrícola e da qualidade de sua liderança.

Não podemos deixar de formular aqui, algumas recomendações ao órgão que nos solicitou este levantamento e aos que por ele se interessam. Sua importância administrativa coloca-o no centro das atividades rurais e o habilita a ser o coordenador natural dos incentivos ao ensino e à pesquisa em sociologia rural.

Seria, portanto, do maior interesse que promovesse inicialmente, um seminário de avaliação no qual participariam (a) os principais serviços públicos onde há demanda atual ou potencial de sociólogos rurais e de seus trabalhos; (b) representantes dos principais centros nacionais e internacionais de ensino e pesquisa; (c) representantes dos órgãos que oferecem bolsas de aperfeiçoamento a profissionais de nível superior (CAPES, CNPq, etc.)<sup>134</sup> e (d) algumas figuras que se têm destacado no campo do ensino e da pesquisa.

Esse seminário, de finalidade operacional, deveria concluir: (a) por uma avaliação do que vem se fazendo; (b) por uma estimativa dos recursos necessários para ampliação das facilidades de formação e pesquisa; (c) por um sistema de entrosamento entre os órgãos da Agricultura, os centros universitários de formação e pesquisa e os pesquisadores que trabalham isoladamente, objetivando imprimir sentido pragmático a seus estudos e estimular suas iniciativas.

Esse seminário talvez pudesse dar origem a um Grupo de Trabalho de caráter mais duradouro que se encarregasse de dar continuidade e implementação a suas conclusões.

Somente desse sistema — órgão público-universidade-pesquisador —

poderá resultar um esforço conjunto que amplie o mercado de trabalho do sociólogo rural e lhe proporcione condições materiais e intelectuais para prestar ao desenvolvimento rural brasileiro sua importante contribuição.

### NOTAS DE REFERÊNCIA

- 125 DIÊGUES JÚNIOR, Manuel. Nota sobre a sociologia rural no Brasil: aspectos de sua formação, desenvolvimento e estado atual. *Sociologia*, 24(4):246, dez., 1962.
- 126 *ibid.* Para os esforços realizados até 1962.
- 127 Dados fornecidos pela professora Maria Isaura Pereira de Queiroz.
- 128 Professor Laudelino T. Medeiros respondendo nosso questionário, forneceu-nos dados relativos do IEPE.
- 129 Ver importantes trabalhos de  
LOWRY, Nelson, KALERVO, Oberg, NOGUEIRA, Oracy, CAJUEIRO, Ivan et alii.  
In: SEMINÁRIO SOBRE AS CIÊNCIAS SOCIAIS E O DESENVOLVIMENTO DE COMUNIDADE RURAL NO BRASIL. *Anais*, Rio de Janeiro, Serviço Social Rural, 1960. Passim.
- Ver, no campo do ensino superior agrícola uma lista das instituições em:  
SCHUH, G. Edward. *O desenvolvimento da agricultura no Brasil*. Rio de Janeiro, APEC, 1971. p. 164.
- 130 Nos Estados Unidos um bacharel depois de quatro anos de faculdade, tendo um "major" em Sociologia Rural pode começar a trabalhar com um salário de 5.500 dólares por ano; com maior experiência profissional e um título universitário mais alto, Mestrado ou Doutorado, esse salário inicial pode chegar a 7 mil e até 8 mil dólares. Informações colhidas junto ao Adido Cultural na Embaixada dos Estados Unidos no Rio de Janeiro, em 1971.
- 131 ANDERSON, C. Arnold. Trends in Rural Sociology. In: MERTON, BROOM & COTTRELL JR. *Sociology Today*. p. 364.
- 132 Dados fornecidos pela Secretária Executiva da CAPES, em julho de 1971.
- 133 SEMENZATO, Geraldo. Sociologia da vida rural; notas e observações sobre seu recente desenvolvimento no Brasil. *Sociologia*, São Paulo, 25(3): 265, set. 1963.
- 134 Para uma lista detalhada desses órgãos, sua atuação e possibilidade. Ver. SCHUH, G. Edward. *op.cit.* nota 129. P. 224-25.

## BIBLIOGRAFIA

- 1 – ALBERSHEIM, Ursula. *Uma comunidade teuto-brasileira (Jarim)*. Rio de Janeiro, Centro Brasileiro de Pesquisas Educacionais, 1962. (O Brasil Provinciano. Sociedade e Educação, 6).
- 2 – AMARAL, Luis. *Aspectos fundamentais da vida rural brasileira*. São Paulo, Ed. Graf. Revista dos Tribunais, 1936.
- 3 – ————. *História geral da agricultura brasileira*. São Paulo, Ed. Nacional, 1939. 3 v. (Coleção Brasileira).
- 4 – ANDERSON, C. Arnold. Trends in Rural Sociology In: MERTON, Robert K. et alii (ed.) *Sociology Today*. New York, Basic Books Inc. Publishers, 1961.
- 5 – ANDRADE, Almir de. *Os primeiros Estudos Sociais no Brasil*. Rio de Janeiro, J. Olympio, 1941. v. 1.
- 6 – ANDRADE, Manuel Corrêa de. *A terra e o homem do Nordeste*. São Paulo, Ed. Brasiliense, 1963.
- 7 – ARAÚJO LIMA. *Amazônia, a terra e o homem*. São Paulo, Ed. Nacional, 1937.
- 8 – AZEVEDO, Fernando de. *A cultura brasileira*. 2 ed. São Paulo, Ed. Nacional, 1944.
- 9 – AZEVEDO, Fernando de. *Princípios de Sociologia*. 9 ed. São Paulo, Melhoramentos, 1964.
- 10 – BARROS, Manoel Souza. *Aspectos Sociológicos da vida rural brasileira*. Rio de Janeiro, Ministério da Agricultura, Serviço de Informação Agrícola, 1967. (Coleção Estudos Brasileiros)
- 11 – BARROS, Wanderbilt Duarte de. Tensões sociais no meio rural brasileiro. *Síntese política, Econômica e Social*. 7 (25):724, jan/mar. 1965.
- 12 – BARROSO, Gustavo. *Terra do sol*. 3 ed. Rio de Janeiro, 1930.
- 13 – BASTOS, A C. Tavares. *Os males do presente e as esperanças do futuro*. São Paulo, Ed. Nacional, 1939.
- 14 – BATISTA FILHO, Olavo. *Fazenda de café em São Paulo*. 1952.
- 15 – BELLO, Júlio. *Memórias de um senhor de engenho*. Rio de Janeiro, J. Olympio, 1938.
- 16 – BIBLIOGRAFIA BRASILEIRA DE CIÊNCIAS SOCIAIS. Rio de Janeiro, IBBD, V. 9/11, 1962/64, 14/15, 1967/68.
- 17 – BIBLIOGRAFIA DA BIBLIOTECA da Faculdade de Ciências Econômicas de São Paulo. V. 2 n. 8, 1966.
- 18 – BIBLIOGRAFIA DO CENTRO LATINO-AMERICANO DE PESQUISAS SOCIAIS. Rio de Janeiro.

- 19 – BOLETIM DA ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE REFORMA AGRÁRIA (ABRA). Campinas.
- 20 – BOLETIM DO INSTITUTO JOAQUIM NABUCO DE PESQUISAS SOCIAIS. Recife, n. 1-18
- 21 – BOLETIM INFORMATIVO DO CENTRO DE ESTATÍSTICA RELIGIOSA E INVESTIGAÇÃO SOCIAL. Rio de Janeiro, CERIS.
- 22 – CADERNO do CEAS. Salvador, Centro de Estudos e Ação Social.
- 23 – CADERNOS do Centro de Estudos Rurais e Urbanos. São Paulo, (1-3)
- 24 – CAJUEIRO, Ivan Turgueneff. As mudanças tecnológicas nas empresas rurais. *Sociologia*. 24 (4), dez., 1962.
- 25 – CALDAS, E. de Castro. *Importance et difficultés Spécifiques de la Recherche en Sociologie Rurale*. Lisboa, 1966. Separata da *Revista Agronômica*. Lisboa, 49 (3, 4), 1966.
- 26 – CALDEIRA, Clóvis *Fazenda de cacau na Bahia*. Rio de Janeiro, Serv. de Inf. Agrícola, 1955. (Documentário da vida rural).
- 27 – CAMARGO, José Francisco de. *A cidade e o campo; O exódo rural no Brasil*. São Paulo, Livro Técnico; Ed. Univ. São Paulo, 1968. (Coleção Buriti).
- 28 – CÂNDIDO, Antonio. *Os parceiros de Rio Bonito*. Rio de Janeiro, J. Olympio, 1964.
- 29 – CARVALHO, José Candido. *O coronel e lobishomem*. Rio de Janeiro, J. Olympio, 1964.
- 30 – CASCUDO, Luis da Câmara. *Dicionário do folclore brasileiro*. Rio de Janeiro, INL, 1962. 2 V.
- 31 – ————. *Jangadeiros*. Rio de Janeiro, serv. de Inf. Agrícola, 1957. (Documentário da vida rural)
- 32 – ————. *Tradições populares da pecuária nordestina*. Rio de Janeiro, Série de Inf. Agrícola, 1956 (Documentário da vida rural, 9)
- 33 – CASTRO, Josué de. *Geografia da fome; a fome no Brasil*. Rio de Janeiro, O Cruzeiro, 1946.
- 34 – CATÁLOGO de Publicações MINTER/SUDENE. Recife, 1960.
- 35 – CENTRO LATINO-AMERICANO DE PESQUISAS SOCIAIS. *Pesquisas em realização ou em projeto na América Latina*. Rio de Janeiro, 1965, 1969, 1971. Mimeog.
- 36 – CHACON, Vamireh. *História das idéias socialistas no Brasil*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1965.

- 37 – COMITÉ INTERAMERICANO DE DESENVOLVIMENTO AGRÍCOLA (CIDA). *Posse e uso da terra e desenvolvimento do setor agrícola Brasil*. Washington, D.C., União Pan-Americana; OEA, 1966.
- 38 – CORBISIER, Roland. *Formação e problema da cultura brasileira*. Rio de Janeiro, Instituto Superior de Estudos Brasileiros, MEC, 1958.
- 39 – CORREIA FILHO, Virgílio. *Ervais do Brasil e ervateiros*. 1957 (Série Documentário da Vida Rural)
- 40 – COSTA, João Cruz. *História das idéias no Brasil*. Rio de Janeiro, J. Olympio, 1956
- 41 – CUNHA, Euclides da. *Os sertões*. Rio de Janeiro, Laemert, 1902.
- 42 – DIÊGUES JUNIOR, Manuel. *O engenho de açúcar no Nordeste*. Rio de Janeiro, Min. da Agricultura, 1952. 688. (Série Documentário da vida rural, 1)
- 43 – ————. *Estabelecimentos rurais na América Latina; ensaio de sugestões sobre sua tipologia e suas características econômicas e sociais*. Genebra, Comissão Internacional Católica de Migrações, 1963.
- 44 – ————. *Imigração urbanização e industrialização*. Rio de Janeiro, INEP/MEC, 1964.
- 45 – ————. Mudanças sociais no meio rural Latino-Americano. *América Latina*. 7 (3): 25-36, jul./set., 1964.
- 46 – ————. O meio rural, seu estudo e suas transformações culturais. *Sociologia*. 24 (2): 83-94, jun., 1962.
- 47 – ————. Notas sobre a Sociologia rural no Brasil; aspectos de sua formação, desenvolvimento e estado atual. *Sociologia*. 24 (4), dez., 1962.
- 48 – DIÊGUES JÚNIOR, Manuel. *Regiões culturais do Brasil*. Rio de Janeiro, INEP/MEC, 1960.
- 49 – ————. Transformações na comunidade rural da América Latina. *América Latina*. 7 (3): 25-36, jul./set., 1964.
- 50 – DUARTE, Nestor. *A ordem privada e a organização política nacional*. São Paulo, Ed. Nacional, 1939.
- 51 – ELIS, Bernardo. *Ermos e gerais*. São Paulo, Revista dos Tribunais, 1944.
- 52 – EXTENSÃO rural. Rio de Janeiro, Associação Brasileira de Crédito e Assistência rural. (ABCAR)
- 53 – FALS BORDA, Orlando. *El Brasil: Campesino y vivienda*. Bogotá, Univ. Nacional de Colômbia, Facultad de Sociologia, 1963.
- 54 – FARIA, Oswaldo Lamartine. *A caça nos sertões de Seridó*. 1961. (Série Documentário da vida rural).
- 55 – FEDER, Ernest. Societal Opposition to Peasant Movements and its Effects on Farm People in Latin America. In: LANDSBERGER, Henry A. (ed.) *Latin*



*American Peasant Movements*. Ithaca N.Y., Cornell University Press, 1969.

- 56 – FERREIRA, Francisco de Paula. *Teoria social da comunidade*. São Paulo, Ed. Herder, 1968.
- 57 – FIGUEIREDO FILHO, José. *Engenhos de rapadura do Cariri*. 1958 (Série Documentário da Vida Rural)
- 58 – FLIEGEL, Frederick C. & OLIVEIRA, Fernando C. *Receptividade a idéias novas e exôdo rural numa área colonial*. Porto Alegre, Univ. Rio Grande do Sul, Faculdade de Ciências Econômicas, 1963.
- 59 – FREYRE, Gilberto. *Casa Grande & Senzala*. 14 ed. Rio de Janeiro, J. Olympio, 1969.
- 60 – ————. *Manifesto regionalista*. 4 ed. Recife, IJNPS, 1967.
- 61 – ————. *Nordeste*. Rio de Janeiro, J. Olympio, 1959.
- 62 – ————. *Sobrados e mucambos*. 4 ed. São Paulo, Ed. Nacional, 1968.
- 63 – FREYRE, Gilberto et alii. *Cana e reforma agrária*. Recife, IJNPS, 1970.
- 64 – FUNDAÇÃO IBGE. *Encontro brasileiro de estudos populacionais*. Rio de Janeiro, Diretoria de Divulgação, 1976.
- 65 – FUNDAÇÃO IBGE. *Consumo alimentar. Antropometria. Dados preliminares*. Rio de Janeiro, 1977.
- 66 – FUNDAÇÃO MILTON CAMPOS. *O homem e o campo*. Brasília, 1976.
- 67 – GALJART, Benno F. *Itaguaí: old habits and New Practices in a Brazilian Land Settlement*. Wageningen, Center for Agricultural Pub. and Doc., 1968.
- 68 – GALVÃO, Hélio. *O mutirão no Nordeste*. 1959 (Série Documentário da Vida Rural)
- 69 – GARCIA, Rodolfo. História das expedições científicas. In: DICIONÁRIO histórico geográfico e etnográfico do Brasil. Rio de Janeiro, Imprensa Nacional, 1922. V. 1.
- 70 – GENTIL, Alcides. *As idéias de Alberto Torres*. São Paulo, Ed. Nacional, 1932. (Coleção Brasileira)
- 71 – GUERREIRO RAMOS, Alberto. *A redução sociológica*, introdução ao estudo da razão sociológica. Rio de Janeiro, Instituto Superior de Estudos Brasileiros, 1968.
- 72 – HANDBOOK of Latin American Studies n. 27, 29.
- 73 – HARRIS, Marvin. *Town and Country in Rural Brasil*. New York, Columbia University Press, 1960.
- 74 – HENDERSON, James. *A History of the Brazil*, Comprising its Geography, Commerce, Colonization, Aboriginal Inhabitants. London, 1821.

- 75 – HEWITT, Cynthia N. Brazil: The Peasant Movement of Pernambuco, 1961-64. In: LANDSBERGER, Henry A. (ed.) *Latin American Peasant Movements*. Ithaca N.Y., Cornell University Press, 1969.
- 76 – HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Caminhos e fronteiras*. Rio de Janeiro, J. Olympio, 1957.
- 77 – INSTITUTO BRASILEIRO DE AÇÃO DEMOCRÁTICA. *Recomendações sobre reforma agrária*. Rio de Janeiro, IBAD, 1961.
- 78 – INSTITUTO BRASILEIRO DE BIBLIOGRAFIA E DOCUMENTAÇÃO. *Pesquisas em processo no Brasil em 1969*. Rio de Janeiro, 1970.
- 79 – INSTITUTO DE ESTUDOS PARA O DESENVOLVIMENTO SOCIAL E ECONÔMICO (INED). *O ICT na vida sindical brasileira: uma avaliação*. Rio de Janeiro, Instituto Cultural do Trabalho, 1966. Mimeog.
- 80 – LAMBERT, Jacques. *Os dois Brasis*. São Paulo, Ed. Nacional, 1967. (Coleção Brasileira).
- 81 – LAMEGO FILHO, Alberto. *A planície do solar e da senzala*. Rio de Janeiro, Livr. Católica, 1934.
- 82 – ————. *O homem e o brejo*. Rio de Janeiro, IBGE/CNG, 1946.
- 83 – ————. *O homem e a restinga*. Rio de Janeiro, IBGE/CNG, 1946.
- 84 – ————. *O homem e a serra*. 2 ed. Rio de Janeiro, IBGE/CNG, 1963.
- 85 – ————. *O homem e a Guanabara*. 2 ed. Rio de Janeiro, IBGE/CNG, 1964. (Edição Comemorativa do IV Centenário da Cidade).
- 86 – LAYTANO, Dante. *A estância gaúcha*. Rio de Janeiro, Serv. de Inf. Agrícola, 1952. (Documentário da Vida Rural)
- 87 – LAZARS FELD, Paul F; SEWELL, William H; WILENSKY, Harold L. (eds.) *The Uses of Sociology*. New York, Basic Books Inc. Publishers, 1967.
- 88 – LEAL, Victor Nunes. *Coronelismo, enxada e voto*. Rio de Janeiro, Revista Forense, 1949.
- 89 – LEÃO, A. Carneiro. *A sociedade rural, seus problemas e sua educação*. Rio de Janeiro, Ed. A Noite, 1939.
- 90 – LEBRET, L. J. *Guide pratique de L'Enquête Sociale; l'analyse de la commune et du canton*. Paris, Presses Universitaires de France, 1951.
- 91 – LERNER, Daniel. *The Passing of Traditional Society: Modernizing the Middle East*. Glencoe, Ill., Free Press, 1958.
- 92 – CRUZ, Levy. *As migrações para o Recife – IV caracterização social*. Recife, Instituto Joaquim Nabuco de Pesquisas Sociais (ed.) *As migrações para o Recife*

cife, 1962. V. 4.

- 93 – LOOMIS, Charles P. & LOOMIS, Zona Kemp. Rural Sociology. In: LAZARFELD, Paul et alii (ed.). *The Uses of Sociology*. New York, Basic Books Inc. Publishers, 1967.
- 94 – LOPES DE ANDRADE. *Introdução à Sociologia das Sêcas*. Rio de Janeiro, A Noite, 1948.
- 95 – MACEDO, João Norberto. *Fazenda de gado no vale do São Francisco*. Rio de Janeiro, Serv. Inf. Agrícola, 1952 (Documentário da Vida Rural)
- 96 – MARTINS, Araguaya Feitosa. Alguns aspectos da inquietação trabalhista no campo. *Revista Brasiliense*. (40): 122-146, mar./abr. 1962.
- 97 – MARTINS, Ibiapaba. Proletariado e inquietação rural. *Revista Brasiliense*. (42, 62, 81) jul/ago, 1962.
- 98 – MAYER, Dom Antonio de Castro et alii. *Reforma Agrária: questão de consciência*. São Paulo, Ed. Vera Cruz, 1960.
- 99 – MEDINA, Carlos Alberto. Impasse e perspectivas da sociologia rural no Brasil. Estudo de quatro fenômenos sociológicos. *América Latina*. 9(3): 88-107, jul./set., 1966.
- 100 – ————. O papel do sociólogo rural. *Cadernos do Centro de Estudos Rurais e urbanos*, 4 nov. 1970.
- 101 – MEIJER, Herman. *Rural Brazil at the Cross — Roads*. Wageningen, H. Veenman Zonen, 1951.
- 102 – MELO, Mário Lacerda de. *O açúcar e o homem*. Recife, IJNPS, 1975.
- 103 – MENDRAS, Henri. Sociologie du Milieu rural. In: GURVITICH, Georges. *Traité de Sociologie*. Paris, Presses Universitaires de France, 1958. V. 1.
- 104 – MENEZES, Djacir. *O outro Nordeste*. Rio de Janeiro, J. Olympio, 1937.
- 105 – MONBEIG, Pierre. *Pioners et Planteurs de São Paulo*. Paris, Libraire Armand Colin, 1952.
- 106 – MOOG, C. Vianna *Bandeirantes e pioneiros*. Porto Alegre, Globo, 1954.
- 107 – NABUCO, Joaquim. *O abolicionismo*. Londres, Abraham Kingdom, 1883.
- 108 – NOGUEIRA, Oracy. *Família e comunidade*. Rio de Janeiro, Centro Brasileiro de Pesquisas Educacionais, INEP/MEC, 1962.
- 109 – OBERG, Kalervo. *Chonin de Cima, a Rural Community in Minas Gerais, Brazil*. Rio de Janeiro, USOM, 1956.
- 110 – ————. *Toledo: a "município" on the Western Frontier of Paraná*. Rio de Janeiro, USOM, 1957.
- 111 – OEA. Teses brasileiras em Ciências Agrícolas e afins, 1957, 1967. Rio de Janeiro, 1968. Mimeog.

- 112 – PAIVA, Ruy Miller et alii. *Setor agrícola do Brasil; comportamento econômico. Problemas e possibilidades.* Rio de Janeiro, Forense Universitária, 1976.
- 113 – PASTORE, José. *Conflito e mudança social no Brasil rural.* 24(4)dez., 1962.
- 114 – ————. *Brasília: a cidade e o homem.* São Paulo, Ed. Nacional, 1969
- 115 – PASTORE, José & BERLINCK, Manuel Tosta. Organização e criação de centros de treinamento para técnicos em desenvolvimento e organização de comunidade. *Sociologia.* 25 (1), mar., 1963.
- 116 – PIERSON, Donald. *Estudos de ecologia humana.* São Paulo, Martins, 1948.
- 117 – ————. *Cruz das Almas.* Rio de Janeiro, J. Olympio, 1966. (Coleção Documentos Brasileiros).
- 118 – PIERSON, Donald & CUNHA, Mário Wagner V. da *Pesquisa e possibilidade de pesquisa no Brasil.* Separata da *Revista de Sociologia.* 9 (3,4) 1947, 10 A), 1948.
- 119 – PITERI, A. D. The Statute of the Rural Worker: Problems of Application and Probable Social Economic Consequences. *Agricultura.* São Paulo, 1964.
- 120 – PRADO JÚNIOR, Caio. *Formação do Brasil contemporâneo. Colonia.* São Paulo, Martins, 1942.
- 121 – ————. *Contribuição para análise da questão agrária no Brasil.* Separata da *Revista Brasiliense.* 1960.
- 122 – ————. O estatuto do trabalhador rural. *Revista Brasiliense.* Mar./jun., 1963.
- 123 – QUEIROZ, Maria Isaura Pereira de. *Bairros rurais paulistas.* Separata da *Revista do Museu Paulista.* São Paulo, 1967.
- 124 – ————. Novas orientações da sociologia rural no Brasil. Separata da *Revista Ciência e Cultura.* São Paulo, 26 (7), 1974.
- 125 – QUESADA, Gustavo M. A procura de informação em fontes burocratizadas com relação às características sociais de uma área rural no Estado do Rio. *América Latina.* jul./set., 1968.
- 126 – RAMOS, Alberto Guerreiros. *A redução sociológica; introdução ao estudo da razão sociológica.* Rio de Janeiro, Instituto Superior de Estudos Brasileiros, 1968.
- 127 – RAMOS, Arthur. *O negro brasileiro.* 2 ed. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1934. (Coleção Brasileira)
- 128 – ————. *Introdução à antropologia brasileira.* 3 ed. Rio de Janeiro, Ed. Casa do Estudante do Brasil, 1961.
- 129 – REIS, Arthur César Ferreira. *O seringueiro e o seringueiro na Amazônia.* Rio de Janeiro, Serv. de Inf. Agrícola, 1954. (Documentário da Vida Rural).

- 130 – REVISTA AMÉRICA LATINA. Rio de Janeiro, Centro Latino-Americano de Ciências Sociais.
- 131 – REVISTA APORTES. Genebra, Instituto Latino-Americano de Relaciones Internacionales (1, 5, 7)
- 132 – REVISTA BRASILEIRA DE ESTUDOS POLÍTICOS. Belo Horizonte, Univ. Fed. de Minas Gerais.
- 133 – REVISTA DEVELOPPEMENT ET CIVILISATIONS. França, IRFED.
- 134 – REVISTA SOCIOLÓGICA. São Paulo, Fundação Escola de Sociologia e Política.
- 135 – RIOS, José Arthur. *A educação dos grupos*. 3 ed. Rio de Janeiro, Serviço Nacional de Educação Sanitária, 1962.
- 136 – ————. *Conceituação sociológica sobre o trabalhador autônomo*. Rio de Janeiro, Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (CONTAG) s.d.
- 137 – RIOS, José Arthur. *Popular Participation and Community Development*. ONU, 1978. Mimeog.
- 138 – ROCHE, Jean. *La Colonisation Allemande et le Rio Grande do Sul*. Paris, Institut des Hautes Études de l'Amérique Latine, Université de Paris, 1959.
- 139 – ROETT, Riordan (ed.). *Brazil in the sixties*. Nashville, Vanderbilt University Press 1972.
- 140 – ROMERO, Sylvio & GUIMARÃES, Arthur. *Estudos Sociais*. Lisboa, A Editora Limitada, 1912.
- 141 – SALES, Herberto. *Garimpos da Bahia*. Rio de Janeiro, Serv. de inf. Agrícola, 1955. (Documentário da Vida Rural)
- 142 – SCHMIDT, Carlos Borges. *Lavoura Caçara*. Rio de Janeiro, Serv de Inf. Agrícola, 1958. (Documentário da Vida Rural).
- 143 – SCHUH, G. Edward. *O desenvolvimento da agricultura*. Rio de Janeiro, APEC Ed., 1971.
- 144 – SEMENZATO, Geraldo. Sociologia da vida rural: notas e observações sobre seu recente desenvolvimento no Brasil. *Sociologia*. 25(3), set., 1963.
- 145 – SILVA, José Gomes da. Reforma agrária brasileira e o estatuto da terra. *Revista do Conselho Nacional de Economia*. jan./abr., 1965.
- 146 – SILVA, Zedar Perfeito da. *O vale do Itajaí*. Rio de Janeiro, Serv. de Inf. Agrícola, 1955. (Documentário da Vida Rural).
- 147 – SMITH, T. Lynn. A organização social de uma região brasileira: o vale do São Francisco. In: —. *Organização Rural; problemas e soluções*. São Paulo, Pioneira, 1971.

- 148 – SMITH, T. Lynn. *Brasil, povo e instituições*. Trad. de José Arthur Rios. Rio de Janeiro, Bloch Editores, 1962
- 149 – SODRÉ, Nelson Werneck. *Oeste*. Rio de Janeiro, J. Olympio, 1941.
- 150 – ————. *O que se deve ler para conhecer o Brasil*. Rio de Janeiro, Centro Brasileiro de Pesquisas Educacionais, INEP/MEC, 1960
- 151 – STEIN, Maurice P. *The Eclipse of Community*. New Jersey, Princeton University Press, 1960
- 152 – TORRES, Alberto. *O problema nacional brasileiro*. São Paulo, Ed. Nacional, 1933. (Coleção Brasileira).
- 153 – TRUJILLO FERRARI, Alfonso. *Potengi: encruzilhada no vale do São Francisco*. São Paulo, Ed. Sociologia e Política, 1960.
- 154 – VALVERDE, Orlando. *Geografia agrária do Brasil*. Rio de Janeiro, Centro de Pesquisas Educacionais, INEP/MEC, 1964.
- 155 – WAGLEY, Charles. *Races et classes dans le Brésil rural*. Paris, UNESCO, 1951.
- 156 – ————. *Itá, uma comunidade Amazônica*. São Paulo, Ed. Nacional, 1957. (Coleção Brasileira).
- 157 – WHITING, Gordon & GUIMARÃES, Lytton. *Comunicação das novas idéias*. Rio de Janeiro, Ed. Financeira, 1969.
- 158 – WILLEMS, Emilio. *O problema rural brasileiro do ponto de vista antropológico*. São Paulo, Secr. Agric. Ind. e Comércio, 1944.
- 159 – ————. *A aculturação dos japoneses no estado de São Paulo*. São Paulo, Fac. de Filosofia, Ciências e Letras, USP, 1948.
- 160 – ————. *Cunha: tradição e transição em uma cultura rural do Brasil*. São Paulo, Sec. Agric. do Est. São Paulo, 1948.